



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	280

ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO

Alysson André Oliveira Cabral

Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG)

João Pessoa – PB

Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG)

João Pessoa – PB

RESUMO: Este texto procura relacionar o Estado capitalista à noção de direito à propriedade privada como conhecemos atualmente. Filósofos como Hobbes e Locke defendiam a ideia de que o Estado existe para proteger a propriedade. Os marxistas entendem o Estado como elemento de consolidação de uma classe sobre as demais. Para Offe, o principal papel do Estado é assegurar o sistema de trabalho assalariado. A repressão ao campesinato e a não realização da Reforma Agrária no Brasil reflete não apenas a opção política da classe dirigente, mas está na raiz da instituição do Estado, cuja missão é assegurar a propriedade privada e a organização da produção nos moldes capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade. Estado. Campesinato. Reforma Agrária.

1 | INTRODUÇÃO

A noção de propriedade que se tem atualmente data do período de transição do feudalismo para o capitalismo, em que os meios de produção foram separados da força de trabalho. No Brasil, esta noção foi assegurada com a promulgação da Lei das Terras, em 1850. No século XX, foi incorporada a ideia de função social, alargando o conceito sem de fato alterar a concepção de propriedade consagrada pelo Estado capitalista.

Filósofos como Thomas Hobbes e John Locke, no século XVII, já defendiam a ideia de que o Estado existe para proteger a propriedade. Hobbes defende que os cidadãos devem transferir sua autoridade ao Estado em troca de proteção. Locke, por sua vez, vê a liberdade como direito natural, por isso, a submissão ao Estado não pode contrariar o direito natural. Os marxistas entendem o Estado como elemento de consolidação de um grupo sobre os demais, através da legislação, do uso da força.

No Brasil, a relação entre grandes proprietários de terras e camponeses reflete essa concepção marxista, pois historicamente o Estado atua como elemento de consolidação do poder dos grandes proprietários sobre os camponeses, valendo-se de todas as esferas de atuação e da violência para impedir o acesso

à terra e para assegurar a exploração do trabalho.

Segundo Offe & Lenhardt (1984, p. 19), “com a propriedade privada dos meios de produção foram institucionalizados tanto um certo modo de distribuição dos bens quanto uma certa forma de divisão do trabalho. Em consequência, os trabalhadores perderam em larga medida a possibilidade de estruturar a organização do trabalho autonomamente, e segundo os seus próprios interesses”. Esse é o grande desafio do campesinato, na sua luta para “estruturar e organizar o trabalho autonomamente, e segundo os seus próprios interesses” e assegurar “a transmissão de normas e valores” próprios, o que provavelmente explica os conflitos com o capital e com o Estado.

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica, que inclui obras e autores clássicos acerca da concepção do Estado, e textos sobre a luta do campesinato brasileiro pela sobrevivência, que tem no Estado capitalista um dos principais adversários. O estudo é fruto das seguintes indagações: Por que a Reforma Agrária até hoje não foi efetivamente realizada no Brasil? Por que o campesinato é reprimido pelo Estado brasileiro?

O objetivo geral é relacionar a concepção do Estado capitalista à instituição da noção de direito à propriedade privada como conhecemos atualmente, bem como sua atuação em defesa da classe proprietária dos meios de produção e da manutenção da organização da sociedade de classes. Especificamente, realçar o caráter antagônico do campesinato à essa organização, tanto em sua luta pela terra como pela forma como produz. Além desta introdução, o texto está dividido em quatro seções: “Hobbes e Locke: A necessidade de criação do Estado”; “Pachukanis e Offe: O papel do Estado capitalista”; “A luta do campesinato pela sobrevivência”; e as “Considerações finais”.

2 I HOBBS E LOCKE: A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DO ESTADO

Segundo Hobbes (2003, p. 86), “a competição pela riqueza, a honra, o mando e os outros poderes levam à luta, à inimizade e à guerra”. Por esse motivo, seria necessário organizar a sociedade de forma a unir forças para enfrentar essas ameaças. Essa união ele denomina de *república*. A formação da república (ou do Estado) seria a condição necessária para o estabelecimento e a defesa do direito de propriedade e, conseqüentemente, da concepção de justiça.

“Onde não há o que é seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça, e onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há república, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas.” (HOBBS, 2003, p. 124)

A criação do Estado e o estabelecimento e a garantia do direito de propriedade aparecem intimamente relacionados também quando Hobbes define propriedade. Fica claro que, para ele, o papel do Estado seria estabelecer, atribuir e defender esse direito.

“Está anexado à soberania todo o poder de prescrever as regras através das quais todo homem pode saber quais os bens de que pode gozar e quais ações pode praticar, sem ser incomodados por nenhum dos seus concidadãos: é a isto que os homens chamam propriedade.” (HOBBS, 2003, p. 153)

Assim como Hobbes, Locke considera como finalidade do Estado a defesa do direito de propriedade, embora considere que a propriedade seja conquistada pelo trabalho humano. Locke defende um governo parlamentarista submetido à regras gerais que impeçam que o soberano ou o parlamento violem os direitos dos cidadãos à vida, à liberdade e à propriedade.

Ao Estado caberia o poder político, definido por ele como o direito de fazer leis, cujo principal objetivo seria assegurar a propriedade e a proteção contra as ameaças estrangeiras.

Por poder político, então, eu entendo o direito de fazer leis, aplicando a pena de morte, ou, por via da consequência, qualquer pena menos severa, a fim de regulamentar e de preservar a propriedade, assim como de empregar a força da comunidade para a execução de tais leis e a defesa da república contra as depredações do estrangeiro, tudo isso tendo em vista apenas o bem público. (LOCKE, s.d., p. 35)

A origem da propriedade seria o trabalho humano. Nesse ponto, as ideias de Locke não diferem de pensadores como Karl Marx, para quem o trabalho humano é a fonte de tudo que é apropriado pelo homem na natureza.

“A superfície da terra que um homem trabalha, planta, melhora, cultiva e da qual pode utilizar os produtos, pode ser considerada sua propriedade. Por meio do seu trabalho, ele a limita e separa do bem comum.” (LOCKE, s.d., p. 43)

Também não difere quanto ao conceito de valor trabalho, largamente utilizado por Marx no desenvolvimento da sua teoria. Para Locke (s.d., p. 46), “é o trabalho que estabelece em tudo a diferença de valor”. Locke, portanto, advoga que a propriedade tem origem no trabalho. Esse direito só seria questionável se privasse os demais de dispor da natureza em quantidade e qualidade.

Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade. (LOCKE, s.d., p. 42)

Marx parece aceitar essa concepção de Locke, pois na sua crítica ao sistema capitalista procura demonstrar que a propriedade acumulada inicialmente foi obtida não pelo trabalho, mas pela pilhagem. Na exploração do trabalho assalariado, a

mercadoria é apropriada pelo capitalista, enquanto para Locke “nenhum homem, exceto ele [o trabalhador], pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou”.

A necessidade de existência do Estado para proteção da propriedade é fartamente defendida por Locke, como pode-se observar nas seguintes passagens:

O objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade. (p. 69)

O grande objetivo dos homens quando entram em sociedade é desfrutar de sua propriedade pacificamente e sem riscos, e o principal instrumento e os meios de que se servem são as leis estabelecidas nesta sociedade. (p. 71)

Um dos mais importantes argumentos utilizados por ele contra o poder absolutista é justamente a defesa da propriedade privada, que estaria ameaçada por um soberano que não estivesse submetido às leis.

Embora Hobbes e Locke enfatizem a relação umbilical entre a defesa da propriedade privada e a existência do Estado e das leis, ao longo do tempo procurou-se desenvolver uma pseudo Teoria Geral do Direito, que fundamentaria as leis e a organização social com base em uma noção superior, anterior e neutra (direito subjetivo) sem qualquer relação com a estrutura econômica.

Esse entendimento é contestado por Pachukanis, que defende que o Direito é o reflexo da organização econômica. Especificamente, que essa necessidade é exclusiva da sociedade de classes. No comunismo, tanto o Estado como o Direito não teriam razão de existir.

3 | PACHUKANIS E OFFE: O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA

Pachukanis relaciona o surgimento do Estado burguês com o desenvolvimento das relações mercantis e a consequente consolidação do poder da burguesia. Assim como Hobbes e Locke, ele também encara as leis e o seu cumprimento como principal atribuição do Estado, mas não enfatiza diretamente a defesa da propriedade privada. Para ele, o Estado assegura o cumprimento dos contratos.

Considerando que numa sociedade capitalista os contratos são utilizados para transações mercantis, isto é, de compra e venda, pode-se concluir que, para Pachukanis, o Estado também existe por causa e para defender a propriedade privada.

A noção de propriedade que se tem na atualidade originou-se na transição do feudalismo para o capitalismo. Para isso, foi de fundamental importância a atuação do Estado, moldando as leis e as interpretações da lei às necessidades burguesas e garantindo o cumprimento dos contratos de compra e venda.

Pachukanis observa que quando a luta de classes avança, a burguesia abandona o pseudo respeito às leis e a aura de imparcialidade do Estado de direito se revela como braço armado da burguesia na luta de classes. Claus Offe avança nesse entendimento, ao procurar demonstrar que o papel do Estado tem sido preservar o

sistema de exploração do trabalho assalariado, mesmo que aparentemente contrarie interesses capitalistas individuais.

A principal transformação provocada pela adoção do trabalho assalariado foi a perda da autonomia do trabalhador para estruturar e organizar o trabalho segundo o seu próprio interesse.

Cabe ao Estado disciplinar e “adestrar” a força de trabalho para inserção no sistema. Para isso, de acordo com Offe & Lenhardt (1984, p. 20), há uma “tendência a considerar delituosos, e reprimir, modos de subsistência que constituam uma alternativa à relação de trabalho assalariado [por um lado] e, por outro, a transmissão de normas e valores, organizada pelo Estado, cuja observância assegura a passagem para a relação de trabalho assalariado”.

Para M. Parenti, segundo Offe (1984, p. 164), na atuação do Estado há todo um sistema “protegendo e servindo os grandes interesses dos produtores, ora contornado e ignorando a lei em benefício dos poderosos, ora aplicando-a com todo o seu rigor punitivo contra os heréticos e os ‘desordeiros’.”

O campesinato é uma das formas de organização não-capitalista da sociedade e, por isso mesmo, um dos principais alvos da atuação do Estado brasileiro no sentido de eliminá-lo e/ou convertê-lo em uma das classes da sociedade capitalista. Para isso, o aparato estatal atua para impedir o acesso à terra e para fortalecer a organização capitalista da produção agrícola.

4 | A LUTA DO CAMPESINATO PELA SOBREVIVÊNCIA

A luta pela terra é a face visível da luta do campesinato pela sobrevivência. Essa luta no Brasil remonta ao período colonial.

Octávio Ianni observa em “A utopia camponesa”, de 1986, que “a reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra”. Não é simplesmente uma luta pela terra, mas uma “luta para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio básico do trabalho e vida.” (IANNI, 2009, p. 142)

Como o camponês organiza a produção de forma autônoma e sem a subordinação característica do capitalismo, ele entra em conflito com o sistema, e sua luta é encarada como uma ameaça ou como um delito. Como identificado por Offe & Lenhardt (1984, p. 20), há uma “tendência a considerar delituosos, e reprimir, modos de subsistência que constituam uma alternativa à relação de trabalho assalariado”.

Nesse sentido, a resistência camponesa adquire, como constatado por Ianni (2009), conotação revolucionária. “O camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária.” (IANNI, 2009, p. 142)

Enquanto a organização capitalista no campo está interessada nos aspectos econômico e financeiro e na preservação do poder político que a posse da terra

confere, o camponês está interessado na preservação da vida em sentido amplo, que contempla aspectos como cultura e religião.

O movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou dialeto, a etnia ou raça entram na formação e no desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. (IANNI, 2009, p. 142)

Esse modo de vida e trabalho contraria um pilar importante da lógica capitalista, o individualismo. Por essa razão, “o seu caráter revolucionário está na afirmação e reafirmação da comunidade. A sua radicalidade está na desesperada defesa das suas condições de vida e trabalho.” (IANNI, 2009, p. 142)

Analisando a luta camponesa no século XIX, Guilherme Palacios em “Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875”, de 1987, constata que

o Estado nacional se constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa, já que só a restrição dessa liberdade e o submetimento dos pobres livres do campo aos interesses funcionais da *platación* permitirão a famigerada transição ao “trabalho livre”, a qual, por sua vez, fará possível a consolidação do Estado como Império liberal ou como República oligárquica. (PALACIOS, 2009, p. 170)

Essa constatação reforça a tese de Offe (1984) de que o Estado existe para assegurar o sistema de trabalho assalariado.

No campo, o Estado brasileiro sempre esteve ao lado dos grandes proprietários, defendendo os interesses da denominada “grande lavoura” ou “*platación*” ou “agronegócio”, e suas culturas de exportação.

Em 1957, Kalervo Oberg, em “O camponio marginal no Brasil rural”, já observava que “toda a organização financeira e política se acha por detrás das culturas de exportação, não se prestando assistência comparável à produção doméstica de alimentos.” (OBERG, 2009, p. 185)

Grisa & Schneider (2014) reforçam essa constatação sob a ótica dos pequenos agricultores, ou camponeses, ou como atualmente se denomina, agricultores familiares.

A chamada “modernização conservadora”, ocorrida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, privilegiou os médios e grandes agricultores do sul-sudeste, exportadores e/ou os produtos de interesse dos grandes grupos agroindustriais. (GRISA & SCHNEIDER, 2014, p. 129)

Nos anos 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Estado brasileiro deu início a um conjunto de medidas em prol dos pequenos agricultores, embora a intenção inicial tenha sido uma política assistencial para minimizar as condições de pobreza no campo e fomentar a inserção no mercado.

Conforme Grisa & Schneider (2014, p. 132), o Pronaf era visto como um mecanismo para impulsionar para os mercados os agricultores familiares que apresentassem um mínimo de condições produtivas. Os maiores beneficiários do programa foram os produtores de milho, soja e café do sul e sudeste.

O caráter de política de assistência social do Pronaf foi contestado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1996, quando cobrou do governo o reconhecimento de que a agricultura familiar é “a mais eficiente nos aspectos econômico e social.” (III Grito da Terra Brasil, apud GRISA & SCHNEIDER, 2014, p. 135)

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, Grisa & Schneider (2014) identificam que “importantes alterações ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil”. A principal característica dessa fase seria uma preocupação com a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Grisa & Schneider (2014, p. 139) registram que, nessa nova geração de políticas, decidiu-se que “uma parte importante do orçamento público era destinada à compra de alimentos para várias finalidades e esta demanda institucional deveria ser canalizada para a agricultura familiar”. Os autores destacam além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (2004) e o Programa Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBIO), de 2008, como iniciativas de estímulo à agricultura familiar, além de apoio às agroindústrias, fiscalização da sanidade agropecuária, criação de selos e certificação que contribuem para o aumento do valor agregado da produção familiar.

Embora Grisa & Schneider (2014) observem avanços no fomento à agricultura familiar, autores como Pinto Neto (2017), Mitidiero Júnior (2016) e Cabral (2017), constataam que o Estado brasileiro continua fortalecendo os grandes latifundiários e a exportação de *commodities* agrícolas, além de favorecer a atuação dos impérios alimentares no país, a financeirização da agropecuária e a privatização da natureza, principalmente após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, por forças conservadoras da sociedade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como identificado por Hobbes e Locke, a existência do Estado está intimamente relacionada ao estabelecimento e defesa da propriedade privada. No Brasil isso continua ocorrendo, conforme é possível extrair das obras de Pinto Neto (2017), Mitidiero Júnior (2016), Cabral (2017), entre outros.

Pachukanis, por sua vez, defende que o Direito reflete a organização econômica

da sociedade, o que é possível identificar na obra de Pinto Neto (2017), que analisou a atuação de grandes associações do agronegócio e da Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista) para alterar a interpretação e elaborar leis de acordo com os interesses da classe.

Offe et al. (1984) defendem a tese de que o Estado não está a serviço de uma classe específica, mas para preservar a existência de uma sociedade de classes. Nesse sentido, o principal papel do Estado é assegurar o sistema de trabalho assalariado, impedindo, combatendo e criminalizando formas de organização da produção que não estejam de acordo.

A repressão do Estado brasileiro ao campesinato e a não realização da Reforma Agrária não reflete apenas a opção política da classe dirigente, mas está na raiz da instituição do Estado, cuja missão é assegurar a propriedade privada e a organização da produção nos moldes capitalistas.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Alysso André Oliveira Cabral. **Questão agrária no Brasil e o desafio da Reforma Agrária**. Itabaiana (SE): XII Congresso da Sober Nordeste, 2017.

GRISA, Cátia & SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. In: Welch, Clifford Andrew et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes, s.d. (Clube do Livro Liberal)

MITIDIERO JÚNIOR., Marco Antonio. **Crise do capital global, natureza e agronegócio**. In:

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs.). *Questão agrária e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OBERG, Kalervo. **O compônio marginal no Brasil rural (1957)**. In: Welch, Clifford Andrew. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. **Teoria do Estado e política social**. In: OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PALACIOS, Guilherme. **Campeinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875**. In: Welch, Clifford Andrew et

al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PINTO NETO, Geraldo Miranda. **A solução é alugar o Brasil?** Brasília: Unb, 2017 (dissertação).

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

